





INFÂNCIA E DEFICIÊNCIA: NOTAS SOBRE UM NÃO-LUGAR NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Childhood and disability: notes on a non-place in academic production

Shirley **SILVA**
Departamento de Administração Escolar e
Economia da Educação
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil
shirley.feusp@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-9224-4998> 

Cleber Nelson de Oliveira **SILVA**
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
Diretoria Regional de Educação Campo Limpo
São Paulo, Brasil
cleberr3@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0397-8050> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise da produção acadêmica acerca da intersecção entre educação infantil, crianças pequenas com deficiências e políticas educacionais. Por meio de revisão bibliográfica tomou-se como base, para o levantamento bibliográfico, pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, artigos publicados em periódicos da área da educação e trabalhos de pesquisa apresentados em associação científica da área, no período de 2000 a 2020. Da análise empreendida, constatou-se um número reduzido de trabalhos que se debruçaram sobre essa intersecção, estando a produção praticamente, em sua totalidade, localizada no campo da educação especial. Desse processo deriva-se a afirmação de que as crianças pequenas com deficiência ocupam um não-lugar na produção acadêmica, situando a discussão de modo apartada e alheia aos debates mais ampliados sobre o direito à educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Deficiências. Políticas Educacionais. Produção Acadêmica.

ABSTRACT

This article presents an analysis of academic production on the intersection between early childhood education, young children with disabilities and educational policies. Through a bibliographic review, *stricto sensu* postgraduate research, articles published in educational journals and research papers presented in a scientific association in the area, from 2000 to 2020, were taken as a basis for the bibliographic survey. From the analysis undertaken, a reduced number of works were found that focused on this intersection, with the production practically, in its entirety, located in the field of special education. From this process derives the assertion that children with disabilities occupy a non-place in academic production, placing the discussion in a separate way and alien to the broader debates on the right to education.

KEYWORDS: Child education. Disabilities. Educational Policies. Academic Production.

INTRODUÇÃO

"- Você sabe o que é criança deficiente?
- É criança professora!"
(CASTRO, 2011).

A organização social que se estabelece entre os mais distintos grupos existentes é fundante na constituição dos sujeitos e, por sua vez, promove as identidades individuais a partir das representações e vínculos que se instituem nestes agrupamentos, ou seja, "a representação do indivíduo é uma construção social" (AUGÉ, 2012, p. 23).

A construção de uma identidade social da pessoa com deficiência é igualmente atravessada pelos vínculos estabelecidos entre a imagem que os indivíduos que compõem um grupo externizam e a crença que um sujeito, aí situado, é representado por esta imagem. Assim, a constituição desse outro e sua existência, diante do grupo, se dá exatamente a partir da imagem que se estabelece coletivamente e de uma coexistência espacial (CERTEAU, 2002). Nestes eventos o outro, neste caso o sujeito com deficiência, eleito como representante de um grupo diferenciado, é observado a partir de um olhar coletivo que, de fato, tenta não lhe mirar diretamente, de modo que passe despercebido e sua existência seja ocultada.

Em se tratando de imagens constituídas coletivamente, esse outro, na correlação com a coexistência social e espacial, passa a ser compreendido como um anômalo, um sujeito que ocupa um não-lugar. Para Augé (2012, p.18), a "representatividade do grupo escolhido é outra: trata-se na verdade, de saber o que aqueles a quem falamos e vemos nos dizem daqueles a quem não falamos e não vemos". Portanto, neste movimento promovido pelo grupo que tem o poder de determinar os lugares, firma-se, comunitariamente, uma espécie de contrato denominando aqueles que ocuparão o não-lugar, um espaço que supostamente é conhecido e atravessado por todos, mas que na verdade é designado àqueles que não são vistos.

Quanto à concepção identitária de bebês e crianças pequenas com deficiência, no interior desses grupos sociais que detêm o poder de determinação dos lugares e não-lugares, os processos de forjamento da subjetividade também se relacionam com as representações dos vínculos comunitários e decorrem em simbologias que são compartilhadas entre seus membros num processo de sobreposição de identidades constituídas onde compreendemos os lugares que os sujeitos ocupam no seio social.

Nesse contexto, algumas questões podem ser formuladas ao nos colocarmos em um processo de reflexão quanto ao objeto deste artigo: qual o lugar estabelecido a um bebê ou uma criança pequena com deficiência nos espaços socialmente definidos? As políticas educacionais, tomam para si a necessidade de, por meio de seus programas, projetos e ações, dar visibilidade a estas crianças e estabelecer uma atenção direcionada às especificidades e demandas que podem se colocar frente às suas particularidades e singularidades, nos mais diversos e diferentes ambientes educacionais? E a academia, esta tem se debruçado sobre essa questão procurando agir, através de suas pesquisas, de forma a expor e explicar os lugares e não-lugares atribuídos socialmente às crianças com deficiência no escopo das políticas educacionais? A presente análise focaliza, especialmente, esta última questão.

Antes de apresentarmos o percurso metodológico, para tal discussão, cabe expor dois princípios que direcionam o nosso olhar: o primeiro, que um bebê e uma criança pequena com deficiência que “circula no espaço escolar, circula num espaço marcado com esta insígnia simbólica, o que faz com que a circulação social neste espaço seja própria, singular e afeita a efeitos próprios e singulares” (SILVA; VOLTOLINI, 2021), ou seja, esse bebê ou criança pequena terá sua identidade constituída a partir do signo estabelecido socialmente pelo grupo que compõe esta instituição.

O segundo, que o direito à educação - como “guarda-chuva” para discussões que aprofundem as questões das políticas educacionais de acesso e permanência com qualidade, aos processos de aprendizagem, aos mecanismos que se articulam, se interpõem e se gestam para garantir o direito à igualdade sem se negar, pasteurizar ou neutralizar as diferenças - não pode permitir o estabelecimento do não-lugar às essas crianças, tornando-as invisíveis.

Estas diretivas orientaram a produção deste artigo que, particularmente, a partir do mapeamento de pesquisas e trabalhos acadêmicos que se dedicaram à pequena infância e as deficiências, tem o intento de apresentar reflexões sobre a (in)visibilidade dada à bebês e crianças pequenas que se revelaram nas produções científicas localizadas, com um olhar direcionado àquelas que se debruçaram sobre as políticas educacionais.

Nossas observações centraram-se em pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* (doutorados e mestrados), em artigos acadêmicos publicados junto a periódicos do campo da educação e em trabalhos de pesquisa apresentados em associação científica

da área, considerando esse conjunto¹ como espaço privilegiado para a apreensão do debate que se formula em relação às políticas implementadas, pois parte considerável delas se debruça sobre os cotidianos e fazeres educacionais.

Partimos, assim, da compreensão de que à medida que uma temática, e uma questão sobre ela, se coloca à pesquisadores, significa, por um lado, que esta vem se constituindo em uma questão social que requer produção de análises e leituras que auxiliem em sua compreensão como fenômeno e, por outro lado, que esta produção tem o potencial de fomentar e influenciar movimentos e modos de operacionalização das políticas educacionais, foco de interesse do presente artigo. Desta forma, compreende-se que trazer à tona, problematizar e dar visibilidade a tais produções podem contribuir para uma análise mais sistematizada desse debate.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir de um levantamento das produções acadêmicas compreendidas entre os anos 2000 e 2020, pautado no estado do conhecimento cuja proposta metodológica se firma na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo” (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 23), constituímos um processo de mapeamento que nos permitiu compor um cenário acerca da produção de conhecimento da temática sob análise.

Como critério apriorístico estabelecemos a utilização de palavras-chaves que correspondessem à compreensão expressa sobre política educacional e direito à educação e uma periodização que permitisse apreender o debate após a adoção de políticas mais igualitárias no campo educacional, gestadas no período indicado. Desse modo, “primeira infância”, “educação infantil” (com as variações creche e pré-escola), “deficiência”, “direito à educação”, “políticas educacionais” e “políticas públicas”, constituíram o primeiro levantamento. Como o debate acerca da educação de pessoas com deficiência direciona-se, majoritariamente, ao campo da educação especial e no mesmo há uma vinculação dos debates a marcadores pré-definidos, em um segundo levantamento estes também foram incorporados, como a própria “educação especial”, “educação inclusiva” e “inclusão”.

¹ Doravante o conjunto das pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, artigos e trabalhos apresentados em associação de pesquisa poderão ser, genericamente, nomeados como “produções”, pois não se objetiva realizar análise quantitativa e qualitativa entre as bases.

A pesquisa das produções centrou-se nos seguintes bancos de dados²: (i) teses e dissertações publicizadas pela Universidade de São Paulo e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); (ii) artigos acadêmicos publicados nos periódicos - Revista Brasileira de Educação (RBE) - publicada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE) - publicada pela Associação Nacional de Pesquisa em Administração Educacional, Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) - publicada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial e Revista Inclusão: a revista da Educação Especial (REE); (iii) trabalhos de pesquisas constantes nos Anais de grupos de trabalho da ANPEd, particularmente - Estado e Política Educacional, Educação de Crianças de 0 a 6 anos e Educação Especial.

A análise e interpretação das fontes primárias levantadas tiveram como referencial a análise de conteúdo, pautada por Bardin (2011), que nos forneceu subsídios para o tratamento dos resultados e nos permitiu inferir e interpretar o material coletado organizando-o de maneira a agrupá-los por similaridade de discurso, assim como subsidiou o processo de categorização e classificação dos elementos, agregando-os em suas similaridades. Desse modo, nesta fase foi viabilizada as condições para se atribuir um significado válido à estrutura que se construiu, não apenas pela interpretação dos dados selecionados, mas pela comunicação que se estabeleceu com e entre eles, suas reflexões e inferências.

A partir dos critérios expostos localizamos 228 trabalhos entre doutorados e mestrados, sendo selecionados 41, que de alguma maneira se aproximavam da temática que se propôs como objeto de análise³. Das revistas selecionadas localizamos 76 artigos, sendo que destes 41 foram selecionados. Em um exame minucioso destes 41 trabalhos, que foram elencados como elegíveis ao tema abordado, constatamos que 45% deste total estavam publicados em periódicos que se dedicam exclusivamente à temática da educação especial, ou seja, na RBEE e na REE.

Quanto à associação científica, 43 trabalhos foram levantados, sendo selecionados 12 e, assim como observamos nos resultados da análise realizada quanto às publicações nos periódicos, as pesquisas também convergiam ao escopo da educação

² A opção por esses bancos de dados e tipos de produção se deu em decorrência da importância que eles têm enquanto espaços destinados à publicação e publicização de resultados de pesquisas de caráter científico relacionadas à educação brasileira, inclusive pelo reconhecimento que essas instituições cunharam ao longo dos anos entre os principais centros de pesquisa do país.

³ No processo primário de seleção as produções foram lidas na íntegra e, considerando o processo metodológico adotado, foram classificadas por meio de categorias que se derivaram a partir de seus conteúdos.

especial; para ilustrar com números exatos, dos 12 trabalhos selecionados, 11 foram apresentados no grupo de trabalho Educação Especial, somente 1 no grupo de trabalho Educação de crianças de 0 a 6 anos e nenhum no grupo de trabalho Estado e Política Educacional.

Desse modo, a presente discussão parte dos 94 trabalhos selecionados, dos 347 arquivos inicialmente localizados, sendo que 57% desses se dedicaram exclusivamente às políticas e ações educacionais da educação especial, o que evidencia o cenário social de invisibilização da pessoa e da criança com deficiência, destinando a estas o não-lugar para as demais áreas de aprofundamento.

A partir deste cenário delineamos quatro categorias que orientaram o agrupamento das produções⁴: (1) Políticas educacionais direcionadas ao atendimento de crianças de zero a cinco anos⁵ de idade com deficiência; (2) Ações específicas de políticas educacionais no atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência na educação infantil: sala de recursos multifuncionais (SRM), práticas docentes e participação familiar; (3) Ações específicas de políticas (não necessariamente educacionais, mas que contribuem para o processo educativo) direcionadas ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência; e, (4) Políticas educacionais específicas para o atendimento de crianças com deficiência, independente da faixa etária, mas que contribuem para ações na educação infantil.

Destacamos que essa categorização resultou do princípio fundante desse trabalho - o de analisar produções que tomaram as políticas públicas e o direito à educação de crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência como objeto de estudo.

Políticas educacionais direcionadas ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência

Os trabalhos selecionados e agrupados nessa categoria são provenientes de dissertações, teses e dos periódicos. Estes tratavam, basicamente, de um aspecto da política educacional cujo foco principal era as crianças com deficiência em diferentes redes municipais de ensino, além de uma análise internacional entre os serviços de atendimento educacional especializado (AEE) ofertados no Brasil e na Itália.

⁴ Serão mantidas as terminologias utilizadas pelos autores dos textos selecionados para análise, que correspondem aos seus referenciais teóricos e metodológicos, não sendo objeto do presente artigo estabelecer um debate sobre esses referenciais e terminologias.

⁵ Será utilizada a referência "zero a cinco anos de idade" em acordo com o público-alvo da primeira etapa da educação básica conforme legislação em vigor, que compreende "bebês e crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade".

De modo geral, constou-se que os trabalhos desenvolvidos por Souza (2018)⁶, Silva (2017), Ribeiro (2016), Rondon (2016), Vieira (2016), Nunes (2015), Oliveira (2015), Pinheiro (2015), Garcia e Lopez (2011) e Meletti (2009) se dedicaram a investigar as proposições e promoções de políticas educacionais que estados, municípios e a união realizaram ao longo da década de 1990, mas sobretudo nos anos 2000, direcionadas às crianças que são público-alvo da educação infantil nas redes regulares de ensino, em uma perspectiva de garantia do direito de acesso e permanência. Parte destas pesquisas investiu na análise dos diferentes documentos e publicações dos entes federados no que concerne aos mecanismos e instrumentos que foram disponibilizados, entretanto, uma segunda abordagem também foi identificada, onde parte dos trabalhos se propuseram a observar o quanto estes instrumentos legais se dedicavam a garantir o atendimento educacional de bebês e crianças pequenas, com as mais diversas deficiências em estabelecimentos regulares de educação, assim como em instituições especializadas auxiliares à escola regular.

Meirelles (2016) e Oliveira (2014) concentraram suas pesquisas na ação docente, seja em centros de educação infantil regulares ou no atendimento educacional especializado, revelando concepções e práticas. Meirelles (2016) traz, ainda, para sua análise a experiência da cidade italiana de Bolonha, realizando um comparativo com o atendimento especializado ofertado pelo município de Santa Maria (RS).

Por fim, Mendes, E. (2006b) evoca as possibilidades de inclusão educacional de bebês e crianças pequenas em creches, ressaltando a importância dos procedimentos de intervenção precoce nesse processo como somatória das ações necessárias à garantia do direito à educação.

Ações específicas de políticas educacionais no atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência na educação infantil: sala de recursos multifuncionais, práticas docentes e participação familiar

Dos trabalhos selecionados nessa categoria, provenientes de dissertações, teses, dos periódicos e dos grupos de trabalho da ANPEd, observamos que Monteiro, Santos, Araújo, Garros e Rocha (2020), Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019), Christovam e Cia (2013), Silva (2013), Goes (2012) e Freitas (2011) estruturaram seus estudos na correlação entre os discursos proferidos por pais de crianças com deficiência, quando estes optaram pela matrícula em escola especial ou escola regular. As análises

⁶ Os trabalhos serão apresentados em ordem cronológica decrescente, seguidas pela alfabética, como forma de organização.

realizadas pelos autores tiveram como referência o conceito de garantia do direito à educação no que concerne, sobretudo, aos processos de aprendizagens, assim como no trabalho de docentes, quando estes percebem, identificam e categorizam crianças como deficientes. O envolvimento das famílias no processo educacional destas crianças também foi foco dos trabalhos desenvolvidos.

Alonso (2016), Mendes, M. (2016), Almeida (2015), Anunciação, Costa e Denari (2015), Pinto (2015), Favoretto e Lamônica (2014), Lima e Dorziat (2014), Schadeck (2014), Drago (2010), Freitas e Monteiro (2010), Vitta, Vitta e Monteiro (2010), Melo e Ferreira (2009), Bruno (2007) concentraram suas pesquisas nos processos que se estabelecem em instituições educativas de educação infantil, como creches e pré-escolas, quanto ao fazer docente e suas práticas de educação e cuidado direcionadas à bebês e crianças pequenas com deficiências. Estas análises se dedicaram a explorar as dificuldades enfrentadas pelas professoras de educação infantil frente aos desafios colocados pela inclusão educacional; as intersecções que pressupostos teórico-metodológicos promovem na prática do professor resultando em ações que visam a aquisição de competências pelas crianças; o quanto as fragilidades formativas podem interferir nas práticas pedagógicas que deveriam ser direcionadas às crianças com deficiências; e, a apropriação de indicadores de desenvolvimento, por parte dos docentes, que venham favorecer suas práticas pedagógicas e de estimulação precoce no processo de inclusão educacional de bebês e crianças pequenas.

Do mesmo modo, foram levantados trabalhos que trataram especificamente de tecnologias assistivas, as SRM e a atuação docente nestes espaços (CONDE, 2015; RODRIGUES, 2015; COTONHOTO, 2014); a elaboração e reconhecimento de indicadores necessários a estes professores para identificar crianças com deficiências e avaliar a eficácia dos serviços de atendimento educacional especializado (AEE) (SILVA, 2015; MARQUES, 2013); e, acessibilidade de espaços pedagógicos, como parques infantis (CORRÊA e MANZINI, 2010).

No que se refere à promoção de ações interdisciplinares - como as promovidas pelas diferentes áreas das políticas públicas como saúde, assistência social e educação, ou de participação colaborativa entre os diferentes atores que podem atuar no espaço educacional - os trabalhos de Rocha, Desidério e Massaro (2018), Maia (2016), Brandão e Ferreira (2013) e Rocha e Deliberato (2012) propõem reflexões acerca destes agentes na promoção da inclusão educacional de crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência na educação infantil. E, finalmente, pesquisas que procuraram demonstrar como as mais diversas interações podem contribuir no processo de aprendizagem de

crianças com deficiências, sejam elas lúdicas como as brincadeiras que acontecem entre crianças com e sem deficiência no interior da escola apresentados em Freitas (2015), Rocha (2014), Góes (2001) e Victor (2001), ou de cunho documental, que devem ser de conhecimento docente, como o estudo de documentos oficiais em Vitta, Silva e Zaniolo (2016) ou, ainda, referenciais teóricos sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais, em Marques, Barroco e Silva (2013).

Ações específicas de políticas (não necessariamente educacionais, mas que contribuem para o processo educativo) direcionadas ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade com deficiência

Nesta categoria, os trabalhos analisados são provenientes de dissertações e teses que discutiram de alguma forma as práticas pedagógicas ou atuação docente. Oliveira, T. (2016), Monteiro (2015) e Oliveira (2013), dedicaram-se a pesquisar como se dão as práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano de instituições de educação infantil, e, especificamente Monteiro (2015) tratou das interlocuções entre estas práticas e os conteúdos apresentados pela publicação "Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão" do Ministério da Educação.

Oliveira, L. (2016), Bobrek (2014) e Anjos (2013) focalizaram suas pesquisas na atuação de profissionais que desenvolveram os seus trabalhos por meio de programas de estimulação precoce ou mediação pedagógica com crianças com deficiências, buscando entender como se dá a interferência da formação desses profissionais em seus cotidianos, assim como quais são as limitações impostas para a sua atuação. Oliveira, L. (2016) discute, ainda, práticas docentes e o processo educacional de crianças de quatro anos de idade com transtorno do espectro do autismo, estabelecendo interconexões entre o discurso docente e o familiar.

A formulação de indicadores ou diretrizes para práticas inclusivas constituiu a pesquisa de Sertori (2013), que em seu trabalho apontou as influências da exclusão para a aquisição de vocabulário em bebês com idade entre 13 e 20 meses. Também, Arantes (2013) analisou discursos de educadores da rede municipal de educação infantil de São Paulo (SP) e por meio de referencial teórico pautado na psicanálise elaborou indicadores subsidiários para a garantia do sucesso e inclusão educacional de crianças com deficiência. Carvalho (2008), pautou-se em pesquisa de campo para criar diretrizes que conduzissem adequações arquitetônicas em espaços educativos da educação infantil do município de São Carlos (SP), a fim de garantir a inclusão de crianças com deficiência na escola regular.

Diniz (2016) e Rabock (2016) tomaram as matrículas de crianças com deficiências e transtornos na instituição de educação infantil regular, para definirem, a partir dos discursos e práticas observadas nestas instituições, as concepções de desenvolvimento infantil, de deficiências, de aprendizagens, de inclusão educacional, além de estabelecer uma concepção de infância e o papel da creche na perspectiva de professores e de familiares. Por fim, Santos (2015) investigou o impacto de variáveis familiares no ciclo de desenvolvimento de uma criança com deficiência que frequentavam serviços de estimulação precoce, AEE e/ou as escolas comuns, ao longo de um determinado período.

Políticas educacionais específicas para o atendimento de crianças com deficiência, independente da faixa etária, mas que contribuem para ações na educação infantil

Os trabalhos inscritos nessa categoria foram provenientes de dissertações, teses e dos artigos produzidos nos periódicos já referenciados. Como regra geral, estes trabalhos não se dedicaram a investigar ações públicas e/ou privadas para garantir o direito à educação dos bebês e crianças com deficiência, mas as reflexões que promovem foram consideradas importantes para subsidiar as pesquisas que se ocupam da temática.

Bendinelli (2012) e Prieto (2000) investigaram, respectivamente, a evolução do AEE às crianças com necessidades educacionais especiais, no município de São Paulo (SP), enfatizando a organização e implantação de recursos especiais junto a escolas municipais, além de averiguar se houve a constituição de redes de apoio a estes alunos.

Cavalcanti (2016), França (2016), Souza e Silva (2016) e Bezerra e Araújo (2014) e tomaram como tema o financiamento da educação, especificamente do erário destinado a financiar a educação especial e formação de professores, a fim de averiguar os impactos dessa ação governamental.

Fonseca-Janes, Silva Junior e Oliveira (2013), Garcia (2013) e Klein (2006) pesquisaram a relevância da formação docente como instrumento necessário para o desenvolvimento qualitativo das políticas de educação especial. Estas análises deram-se a partir de investigações em documentos históricos, como em Klein (2006), ou de observações quanto ao papel da universidade pública na formação continuada de professores em Fonseca-Janes, Junior e Oliveira (2013).

Na busca de construir uma perspectiva de análise histórica de ações, políticas e instituições direcionadas ao atendimento educacional de pessoas com deficiência Bentes

e Hayashi (2016), Siems-Marcondes (2016), Sofiato e Reily (2011) e Mendes, E. (2006a) desenvolveram trabalhos que percorreram as trajetórias da educação de pessoas com deficiência no Brasil, seja por meio do próprio Estado ou por intermédio de instituições não-estatais.

Pagni (2017), Anjos, Andrade e Pereira (2009), Witkoski (2009) e Silva (2006) analisaram discursos que se desenvolvem no âmbito de instituições educacionais, problematizando a parca objetividade que esses carregam e procuraram indicar um outro olhar sobre as deficiências.

Anache e Resende (2016), ao analisarem o processo de avaliação realizado por professores das SRM, procuraram indicar como estes processos interferem na educação das crianças com deficiência. Na mesma linha, Anjos (2015) apresentou uma proposta de percurso metodológico que visou possibilitar e incorporar os saberes das professoras das salas de recursos na produção de conhecimento, tendo como objetivo o avanço de políticas e as práticas de inclusão educacional.

Silveira e Pietro (2012) pesquisaram como se dão as decisões relativas ao direito das pessoas com deficiência proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Michels (2006) debateu a organização educacional implementada pela reforma educacional brasileira dos anos de 1990, discutindo a função social que a escola desempenha na vida das pessoas com deficiência, na perspectiva da gestão, da formação docente e da inclusão.

Por fim, Barros (2015) analisou como a literatura infanto-juvenil retratava as questões relativas às pessoas com deficiência em suas produções, além de procurar estabelecer o discurso existente em relação às práticas sociais.

PEQUENA INFÂNCIA E SITUAÇÕES DE DEFICIÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE REALIZADA

As pesquisas e produções, objetos da análise empreendida neste artigo, ainda que importantes para a difusão e a publicização das ações que o Estado e a sociedade desenvolvem na busca pela garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, apontaram para uma centralidade de suas operacionalizações no interior da educação especial, ora para se tratar do que se configurou no Brasil como inclusão educacional, ora por abordar essas ações com enfoque quase exclusivo na formação e práticas de docentes atuantes exclusivamente na educação especial ou no discurso de docentes das classes comuns.

Desse modo, compreendemos que situações de deficiência tiveram expressão em produções e pesquisas que se delinearão nas discussões da área da educação especial, exatamente porque esta se apresenta, no interior da política educacional, como a área que se assentou como especialista na temática, como detentora dos conhecimentos relativos aos processos educativos e conseqüentemente à consolidação do direito à educação dessa parcela significativa da população. Esse escopo, alicerçado pela via única da educação especial, acaba por desconsiderar as crianças com deficiência e suas infâncias, naturalizando conceitos como, por exemplo, educação inclusiva, sem qualificá-los em todas as suas dimensões - histórica, social e cultural (SLEE, 2013).

Destaca-se, ainda, que as situações de deficiências, como conceito produzido histórica e socialmente e, portanto, que requer uma contextualização teórica de sua produção como fenômeno, foram tratadas de forma substancialmente abstrata e sem relacioná-lo de forma interseccional com as questões de gênero, raça e classe social.

O não-lugar que a criança com deficiência ocupa em pesquisas e produções, conforme evidenciou-se nos números das produções científicas que abordaram o tema, no período de duas décadas, pode estar intrinsecamente ligado à concepção histórica e a simbologia construída que a sociedade impôs a essas pessoas - de não existência, de um erro biológico da natureza, de anormalidade a ser corrigida quando possível, ou expurgada do convívio social quando não passível de correção.

Podemos afirmar que o diminuto número de produções produzidas no recorte temporal que propusemos, a centralidade na educação especial, assim como o tratamento abstrato sobre as situações de deficiência que expressaram, reflete o oposto a uma política educacional não discriminatória, ao reiterar a invisibilidade imposta aos bebês e crianças pequenas com deficiência em nosso país, atribuindo-lhes a imagem do não-lugar.

Os resultados apresentados neste artigo apontam para importância de alçarem-se estímulos às pesquisas cujo foco esteja nas políticas educacionais destinadas à pequena infância, atentando-se às situações de deficiência e as condições de vida dessas crianças que não são singulares e que, portanto, podem demandar atenção diferenciadas das políticas sociais desde a mais tenra idade. Dessa forma, a defesa da educação infantil, como etapa primordial do processo de formação da criança, que respeita suas características, sua cultura e seu conhecimento de mundo, perpassa pelo reconhecimento do direito dos nossos bebês e crianças pequenas com deficiência a uma educação pública, de qualidade e que seja realmente de e para todos.

REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley; LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Vivências escolares e transtorno do espectro autista: o que dizem as crianças? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 453-468, jul./set. 2019.

ALMEIDA, Carolina de. **Relatos de professores da educação infantil sobre suas práticas com alunos com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

ALONSO, Rosemeire Geromini. **Práticas pedagógicas na educação infantil: possibilidades e desafios frente à inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

ANACHE, Alexandra Ayach; RESENDE, Dannielly Araújo Rosado. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 569-591, jul./set. 2016.

ANJOS, Anderson Rubim dos. **Cultura lúdica e infância: contribuições para a inclusão da criança com transtorno global do desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

ANJOS, Hildete Pereira dos. Pesquisa-formação e história de vida: entretecendo possibilidades em educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 619-633, jul./set. 2015.

ANJOS, Hildete Pereira dos; ANDRADE, Emmanuele Pereira de; PEREIRA, Mirian Rosa. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso? **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 116-129, jan./abr. 2009.

ANUNCIACÃO, Livia Maria Ribeiro Leme; COSTA, Maria Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Educação Infantil e Práticas Pedagógicas para o Aluno com Síndrome de Down: o Enfoque no Desenvolvimento Motor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 2, p. 229-244, abr./jun. 2015.

ARANTES, Fernanda Ferrari. **Indicadores de sucesso na inclusão escolar: um estudo exploratório**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Alessandra Santana Soares e. Quarenta anos retratando a deficiência enquadres e enfoques da literatura infanto-juvenil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 167-193, jan./mar. 2015.

BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 851-874, out./dez. 2016.

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. Novas (re)configurações no Ministério da Educação: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope. **Revista Brasileira de Educação**, n. 56, p. 101-122, jan./mar. 2014.

BOBREK, Andreia. **Atuação e formação profissional em estimulação precoce: caracterização da percepção dos profissionais em três instituições**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BRANDÃO, Maria Teresa; FERREIRA, Marco. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 4, p. 487-502, out./dez. 2013.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Avaliação educacional para alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil: uma proposta de adaptação e elaboração de instrumentos. In: Reunião Nacional da ANPEd, 30ª, 2007, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: ANPEd, 2007.

CARVALHO, Telma Cristina Pichioli de. **Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaço para educação infantil**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

CASTRO, Grazielle Vieira Maia de. **A inclusão na Educação Infantil em uma escola da Rede de Ensino da Prefeitura de Belo Horizonte vista pelos seus protagonistas: "- Você sabe o que é criança deficiente? – É criança professora!"**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. Custo Aluno Qualidade inicial, 10% do PIB e uma nova fonte de receita: novas perspectivas para o financiamento da educação básica? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 2, p. 487-507, mai./ago. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – 1 Artes de Fazer**. São Paulo: Vozes, 2002.

CHRISTOVAM, Ana Carolina Camargo; CIA, Fabiana. O envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 4, p. 563-581, out./dez. 2013.

CONDE, Patricia Santos. **Práticas pedagógicas desenvolvidas no atendimento educacional à criança público-alvo da educação especial em uma instituição de educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CORRÊA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Acessibilidade em parque infantil: um estudo em escolas de educação infantil. In: Reunião Nacional da ANPEd, 33^a, 2010, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPEd, 2010.

COTONHOTO, Larissy Alves. **Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil:** possibilidades e desafios à inclusão escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DINIZ, Nathalia Lucena. **Um estudo sobre o atendimento em creches às crianças com deficiência ou transtorno do desenvolvimento:** o que dizem familiares e profissionais de um município paulista. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

DRAGO, Rogério. O bebê com deficiência na educação infantil: perspectivas inclusivas do hidrocéfalo. In: Reunião Nacional da ANPEd, 33^a, 2010, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPEd, 2010.

FAVORETTO, Natalia Caroline; LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p.103-116, jan./mar. 2014.

FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UNESP: história e trajetória. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 985-1008, out./dez. 2013.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. A educação especial no âmbito do planejamento orçamentário do município de Vitória, Espírito Santo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 1, p. 227-246, jan./abr. 2016

FREITAS, Ana Paula de; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. (In)apropriações das práticas pedagógicas na educação de alunos com necessidades educacionais especiais. In: Reunião Nacional da ANPEd, 33^a, 2010, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPEd, 2010.

FREITAS, Clariane do Nascimento de. **Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

FREITAS, Claudia Rodrigues de. Movimentos da/na infância contemporânea: crianças referidas como hiperativas no contexto escolar. In: Reunião Nacional da ANPEd, 34^a, 2011, Natal. **Anais** [...] Natal: ANPEd, 2011.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; LOPEZ, Graziela Maria Beretta. Políticas de educação inclusiva no Brasil: uma análise da educação especial na educação infantil (2000-

2010). In: Reunião Nacional da ANPEd, 34ª, 2011, Natal. **Anais** [...] Natal: ANPEd, 2011.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 101-119, jan./mar. 2013.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. O brincar de crianças surdas: examinando a linguagem no jogo imaginário. In: Reunião Nacional da ANPEd, 24ª, 2001, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPEd, 2001.

GOES, Ricardo Schers de. **A escola de educação especial**: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KLEIN, Madalena. Novos textos e novos atores na formação profissional para surdos: rupturas ou permanências? **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 435-449, set./dez. 2006.

LIMA, Maria Betania Barbosa de Silva; DORZIAT, Ana. Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão. In: Reunião Nacional da ANPEd, 36ª, 2014, Goiânia. **Anais** [...] Goiânia: ANPEd, 2014.

MAIA, Rosaria de Fatima Corrêa. **Surdez, educação e políticas sociais**: a educação infantil do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARQUES, Danitiele Maria Calazans. **Reconhecimento por meio de indicadores da precocidade do aluno na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MARQUES, Hivi de Castro Ruiz; BARROCO, Sônia Mari Shima; SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da. O ensino da língua Brasileira de sinais na educação infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico-cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 4, p. 503-517, out./dez. 2013.

MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. **Educação infantil e atendimento educacional especializado**: configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino no município de Londrina. In: Reunião Nacional da ANPEd, 32ª, 2009, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPEd, 2009.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; FERREIRA, Caline Cristine de Araújo. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 121-140, jan./abr. 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006a.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão: é possível começar pelas creches? In: Reunião Nacional da ANPEd, 29ª, 2006, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu: ANPEd, 2006b

MENDES, Melina Thaís da Silva. **Ensino colaborativo na educação infantil para favorecer o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 406-423, set./dez. 2006.

MONTEIRO, José Carlos. **O processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil:** desafios da prática pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2015.

MONTEIRO, Rubiana Cunha; SANTOS, Camila Boarini dos; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério; GARROS, Danielle dos Santos Cutrim; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Percepção de professores em relação ao processamento sensorial de estudantes com transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 623-638, out./dez. 2020.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento:** teoria e prática. Editora CRV. Curitiba, 2021.

NUNES, Monica Isabel Canuto. **Crianças público alvo da educação especial na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

OLIVEIRA, Angela do Nascimento Paranha de. **Políticas de inclusão escolar na educação infantil:** um estudo no município de Cariacica-ES. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

OLIVEIRA, Cinthya Campos de. **Concepções de profissionais da educação infantil sobre a educação especial para crianças de zero a três anos.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

OLIVEIRA, Keila Cristina Belo da Silva. **Práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano da educação infantil:** considerações sobre a infância e a criança com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Prado de. **A mediação na Educação infantil:** o caso das unidades do proinfância no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Tatiana de Castro. **Práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano da educação infantil na escola de aplicação da Universidade Federal do Pará.**

Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PAGNI, Pedro Angelo. A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 68, p. 255-272, jan./mar. 2017.

PINHEIRO, Fernanda Costa. **A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas**: dificuldades e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

PINTO, Gicele Holanda da Silva. **Educação infantil inclusiva**: o que a prática docente revela? Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Política Educacional do Município de São Paulo**: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, no período de 1986 a 1996. Tese (Doutorado em Administração Escolar) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

RABOCK, Daiana. **Concepções das professoras do atendimento educacional especializado com foco em crianças dos Centros de Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

RIBEIRO, Raquel da Silva. **Política paulistana de educação especial e infantil para crianças pequenas público-alvo da educação especial**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DELIBERATO, Débora. Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 1, p. 71-92, jan./mar. 2012.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DESIDÉRIO, Sara Vieira; MASSARO, Munique. Avaliação da acessibilidade do parque durante o brincar de crianças com paralisia cerebral na escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 1, p.73-88, jan./mar. 2018.

ROCHA, Railda Lopes. **Educação infantil como direito fundamental da criança cega congênita**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014

RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Atendimento educacional especializado na educação infantil**: interface com os pais e professores da classe comum. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

RONDON, Marcelo Messias. **Educação infantil e educação especial**: os indicadores de matrículas nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul (2011-2013).

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016.

SANTOS, Luciana Stoppa dos. **Comparação de características familiares de crianças público alvo da educação especial com diferentes faixas etárias.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SCHADECK, Karolina Siebert Sapelli. **Concepções e práticas de professoras de uma proposta de estimulação essencial e suas implicações para o desenvolvimento da linguagem de crianças com deficiência.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2014.

SERTORI, Natália Maria. **Discriminações condicionais em bebês de risco: o responder por exclusão.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. Educação especial no território federal de Roraima no contexto do regime militar (1964-1985). **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 963-987, out./dez. 2016.

SILVA, Carolina Biondo da. **O brincar e habilidades sociais de uma criança cega e seus pares videntes na pré-escola.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **Primeira infância e situações de deficiências: elementos para uma análise do (não) direito à educação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Luciene. Maria da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 424-434, set./dez. 2006.

SILVA, Maciel Cristiano da. **Trajetórias educacionais de crianças com necessidades especiais no município do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Shirley; VOLTOLINI, Rinaldo. Mãe e influencer relata experiências de filho autista em colégios de SP: "despreparo generalizado". **Revista Crescer**, São Paulo, 2021, Educação e Comportamento. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Educacao-Comportamento/noticia/2021/03/mae-e-influencer-relata-experiencias-de-filho-autista-em-colegios-de-sp-despreparo-generalizado.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVEIRA, Adriana; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão, educação especial e poder judiciário: do direito a usufruir direitos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 3, p. 719-737, set./dez. 2012.

SLEE, Roger. Um cortador de queijo com outro nome? Reduzindo a sociologia da inclusão a pedaços. In: APPLE, Michael Whitman; BALL, Stephen John; GANDIN, Luiz Armando. (Orgs.) **Sociologia da Educação**: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOFIATO, Cássia Gečiauskas; REILY, Lucia Helena. "Companheiros de infortúnio" a educação de "surdos-mudos" e o repetidor Flausino da Gama. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 625-640, set./dez. 2011.

SOUZA, Fernanda Cristina de. **Educação infantil, educação especial e planos nacionais de educação no Brasil pós anos 1990**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, Vanilda Aparecida de; SILVA, Lázara Cristina da. O Plano de Ações Articuladas e os desdobramentos na dimensão da formação de professores para a educação especial. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 3, p. 887-907, set./dez. 2016.

VICTOR, Sonia Lopes. Aspectos presentes na brincadeira de faz-de-conta da criança com síndrome de Down. In: Reunião Nacional da ANPEd, 24ª, 2001, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: ANPEd, 2001.

VIEIRA, Gisele de Lima. **Políticas públicas educacionais inclusivas para a criança com transtorno do espectro do autismo na educação infantil na cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SILVA, Carla Cilene Baptista da; ZANIOLO, Leandro Osni. Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial: uma Leitura Crítica dos Documentos que Norteiam a Educação Básica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 1, p. 9-26, jan./mar. 2016.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra Santos do Rego. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 3, p. 415-428, set./dez. 2010.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 565-575, set./dez. 2009.


NOTAS

TÍTULO DA OBRA


INFÂNCIA E DEFICIÊNCIA: NOTAS SOBRE UM NÃO-LUGAR NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Childhood and disability: notes on a non-place in academic production

Shirley Silva

Doutora em Educação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação
São Paulo, Brasil
shirley.feusp@usp.br
 <https://orcid.org/0000-0002-9224-4998>

Cleber Nelson de Oliveira Silva

Mestre em Educação
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
Diretoria Regional de Educação Campo Limpo
São Paulo, Brasil
cleberr3@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-0397-8050>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Avenida da Universidade, 308, Cidade Universitária, São Paulo/SP - Brasil. CEP 05508-040

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: S. Silva, C. N. O. Silva

Coleta de dados: S. Silva, C. N. O. Silva

Análise de dados: S. Silva, C. N. O. Silva

Discussão dos resultados: S. Silva, C. N. O. Silva

Revisão e aprovação: S. Silva, C. N. O. Silva

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância

- NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista
Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista
Recebido em: 01-09-2021 – Aprovado em: 28-05-2022